

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INDÍGENA NAS ESCOLAS
THE IMPORTANCE OF INDIGENOUS LITERATURE IN SCHOOLS
LA IMPORTANCIA DE LA LITERATURA INDÍGENA EN LAS ESCUELAS

Elizabeth Lemos de Araújo¹
Emilly Lemos de Araújo²
Mecielison Bastos de Araújo³

RESUMO: Este artigo é uma reflexão pertinente com o objetivo de relatar a importância da literatura indígena no contexto escolar. Deve-se ressaltar os desafios na inserção e disseminação da cultura indígena e a persistência de preconceito e discriminação desses povos. A literatura indígena é considerada um instrumento de resistência, na qual se faz necessária a expansão de narrativas descolonizadoras, possibilitando maior representatividade dos povos indígenas. Salienta-se, dessa forma, por entender a importância de se fomentar o conhecimento dos saberes e valores indígenas a fim de se propagar a gênese da história brasileira, além de mostrar ricos hábitos e ensinamentos. Utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica de caráter qualitativo, através do método indutivo. O estudo possibilitou uma melhor compreensão sobre a realidade educacional as quais são vivenciadas por lacunas no tocante à disseminação de narrativas indígenas. Além de viabilizar a reflexão acerca da importância do papel do professor como sujeito mediador no fazer pedagógico nesse processo. Evidenciou-se, ainda, para que o processo de inclusão de literatura indígena nas escolas se concretize, há a necessidade de políticas públicas para efetivação significativa da aprendizagem pautado no uso de literatura indígena.

2482

Palavras-Chave: Cultura. Inclusão. Indígenas. Literatura.

ABSTRACT: This article is a pertinent reflection with the aim of reporting the importance of indigenous literature in the school context. The challenges in the insertion and dissemination of indigenous culture and the persistence of prejudice and discrimination against these people highlighted. Indigenous literature considered an instrument of resistance, in which the expansion of decolonizing narratives is necessary, enabling greater representation of indigenous peoples. It stands out, therefore, for understanding the importance of promoting knowledge of indigenous knowledge and values in order to propagate the genesis of Brazilian history, in addition to showing rich habits and teachings. A qualitative bibliographic review used as a methodology, using the inductive method. The study enabled a better understanding of the educational reality experienced by gaps in the dissemination of indigenous narratives. In addition to enabling reflection on the importance of the teacher's role as a mediator in teaching in this process. It was also evident that, for the process of including indigenous literature in schools to come to fruition, there is a need for public policies to significantly implement learning based on the use of indigenous literature.

Keywords: Culture. Inclusion. Indigenous. Literature.

¹ Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Acadêmica na 2ª Licenciatura em Letras (Português/inglês) no Centro Universitário Cidade Verde.

² Formanda no 3º ano do Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

³ Licenciatura em Matemática e Física. Universidade Federal do Amazonas.

RESUMEN: Este artículo es una reflexión pertinente con el objetivo de dar cuenta de la importancia de la literatura indígena en el contexto escolar. Se deben resaltar los desafíos en la inserción y difusión de la cultura indígena y la persistencia de prejuicios y discriminaciones contra estos pueblos. La literatura indígena es considerada un instrumento de resistencia, en el que es necesaria la expansión de narrativas descolonizadoras, posibilitando una mayor representación de los pueblos indígenas. Se destaca, por tanto, por comprender la importancia de promover el conocimiento de los saberes y valores indígenas para propagar la génesis de la historia brasileña, además de mostrar ricos hábitos y enseñanzas. Se utilizó como metodología una revisión bibliográfica cualitativa, utilizando el método inductivo. El estudio permitió comprender mejor la realidad educativa vivida por vacíos en la difusión de narrativas indígenas. Además de posibilitar la reflexión sobre la importancia del papel del docente como mediador de la enseñanza en este proceso. También quedó evidente que, para que el proceso de inclusión de la literatura indígena en las escuelas llegue a buen término, es necesario que las políticas públicas implementen significativamente aprendizajes basados en el uso de la literatura indígena.

Palabras Clave: Cultura. Inclusión. Indígena. Literatura.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas têm desempenhado um papel fundamental na formação e na diversidade cultural do Brasil. No entanto, ao longo da história, essas comunidades têm enfrentado diversos desafios, incluindo a invisibilidade e a marginalização de suas culturas e identidades. A representação adequada e respeitosa dos povos indígenas é essencial para combater estereótipos, promover a valorização de suas contribuições e garantir seus direitos.

O processo de colonização e apagamento das populações e da cultura indígena foi extremamente violento o que gerou desconhecimento, menosprezo e preconceito para com os povos originários, em razão desses fatores é fundamental reconhecer e valorizar a voz dessas comunidades, promovendo a sua representação social de maneira adequada e respeitosa.

Nessa perspectiva surgiu então o problema que envolve o presente trabalho de pesquisa: Qual a importância da literatura indígena no contexto escolar?

O presente estudo tem como objetivo geral relatar a importância da literatura indígena no contexto escolar e tem como objetivos específicos compreender como a cultura indígena é representada e valorizada no contexto educacional; entender como a representação dos povos originários nos livros literários colabora para a não perpetuação do preconceito e os estereótipos; Identificar e analisar as percepções, atitudes e crenças em relação aos povos indígenas.

A representação dos povos indígenas através da literatura é um tema de grande relevância no contexto atual. A forma como os povos indígenas são retratados e compreendidos pela sociedade influencia diretamente a maneira como eles são percebidos, respeitados e integrados em nossa comunidade

A diversidade cultural é um patrimônio que precisa ser valorizado e respeitado. Os povos indígenas possuem uma história e uma cultura rica, que contribuem para a formação da identidade brasileira.

Ademais, a educação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade e inclusão social. Por meio do currículo escolar, das práticas pedagógicas e do ambiente escolar, é possível construir uma representação mais adequada e respeitosa dos povos indígenas.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais inclusivas e sensíveis à diversidade cultural, promovendo uma representação mais justa e respeitosa dos povos indígenas em ambientes escolares. Além disso, espera-se que os dados obtidos possam subsidiar ações e políticas públicas voltadas para a valorização e preservação das culturas indígenas.

MÉTODOS

A metodologia desta pesquisa quanto aos meios, baseia-se na vasta pesquisa bibliográfica, através de estudo de revisão de literatura, fundamentando-se, portanto, na coleta de dados através de artigos científicos, monografias, livros e notas, publicados e disponibilizados em meios impressos e digital.

2484

Possui também caráter exploratório, justamente pela dinâmica de estudo, permitindo o desencadeamento da discussão em vários aspectos relacionados ao letramento literário, atuação dos docentes, estratégias de ensino.

O trabalho foi desenvolvido inicialmente pela Seleção e estudo da bibliografia; Levantamento de ferramentas para apoiar no presente estudo através de notas e regulamentações legais.

O processo de seleção dos estudos foi executado por meio da leitura minuciosa de títulos e resumos, de modo que irão para a seleção final os estudos que atendam aos critérios de inclusão que envolverá todo tipo de estudo que se baseie-se no tema escolhido, não havendo exclusões. Será realizada análise de forma crítica e detalhada, fazendo comparação com a literatura pertinente à temática.

Trata-se, portanto, de um trabalho eminentemente de pesquisa, análise e interpretação de material bibliográfico, ou seja, de estudo de fontes com apoio de textos teóricos e obras de referência, que dialogam com a experiência docente da autora. Para sua realização serão necessárias leituras sistemáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O indígena aparece na literatura brasileira desde as primeiras manifestações literárias. Quando os portugueses chegaram as terras do que hoje conhecemos como Brasil, seus primeiros escritos, que tinham como finalidade relatar à Coroa Portuguesa o que acontecia nas viagens das chamadas expedições ultramarinas, já davam conta, dentre outras coisas, das pessoas que aqui habitavam e de seus modos de vida, era a Literatura de informação ou Literatura de viagem.

Assim como na literatura, nas outras manifestações artísticas, a exemplo do famoso quadro “Primeira Missa no Brasil” (1861), do pintor Victor Meirelles, as cenas e as letras quanto tratam dos indígenas repercutem algumas constantes em suas representações, isso acontece desde os tempos da colônia até os dias atuais. Inseridos como observadores, em cima de árvores, atrás do altar ou nas suas margens, ou servindo como objeto das narrativas, os ameríndios surgem como parte da natureza, um elemento coadjuvante e decorativo.

Quando se trata especificamente da literatura, ao longo da história sempre que a temática indígena é abordada, o indígena configura como o personagem, alguém sobre quem se fala. Como objeto de fala, tudo o que se diz sobre esses povos é feito a partir da perspectiva do outro, ou seja, quem fala sobre os povos indígenas, seus modos de vida, costumes, é o outro não-indígena, geralmente um escritor ou um pesquisador que se interessa pela temática.

2485

Esse lugar de observador, de objeto das narrativas, nega subjetividade àqueles que se transformaram ou foram transformados em massa inerte.

Atualmente, o que se tem presenciado é um movimento de ruptura dos povos indígenas com esse lugar que lhes foi relegado por décadas, o de ser passivo, observador, personagem.

A Constituição Brasileira de 1988 garantiu premissas que permitem se não a correção total, mas pelo menos de algumas injustiças sofridas pelos povos indígenas. Conforme Sousa Filho (2016), os artigos 210 e 231, dos caps. III e VIII, respectivamente, da referida Carta são considerados por especialistas na área e pelos próprios indígenas como um marco importante na história desses povos no Brasil. O artigo 231 trata do direito à terra, enquanto o 210, da educação. Também a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – traz, em seu art 78, as seguintes orientações para a educação indígena: “A União, com a colaboração das agências de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta da educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas” (Brasil, 1996, p. 27).

Além desses marcos históricos, notoriamente, houve todo um movimento dos indígenas, disparado por suas lutas anteriores à Constituição de 1988, que tomou corpo no Brasil após a promulgação da Carta Magna. Esse movimento alcança também a literatura. Essa literatura – que, segundo Novais (2014), até há bem pouco tempo, era chamada de literatura nativa, literatura das origens, literatura ameríndia e literatura indígena de tradição oral – tem recebido atualmente a denominação de literatura indígena.

Junto ao esforço pelo reconhecimento da literatura indígena, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, aparece como referência para o movimento de escolarização dessa literatura. Essa lei oferece instrumentos jurídicos para a defesa do imaginário indígena ao instituir a obrigatoriedade do estudo das histórias e culturas indígenas no contexto escolar brasileiro.

Na Lei nº 11.645, lê-se as seguintes recomendações:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Brasil, 2013).

Como se pode interpretar, o segundo parágrafo do art. 26-A institui o dever de se ministrar conteúdos que contemplem a contribuição dos indígenas na construção da literatura nacional. Ocorre que, na atualidade, existe no contexto nacional uma literatura chamada de literatura indígena, isto é, não só há a contribuição de indígenas para a construção do acervo literário brasileiro, como também uma literatura feita por autores indígenas, a qual naturalmente vem somar-se à literatura já existente no Brasil.

Percebe-se, as mudanças contextuais e históricas até aqui mencionadas, alteraram significativamente a perspectiva dos indígenas, nesse novo momento o indígena se sente impelido a falar sobre si, sobre seus povos, suas culturas e modos de vida. É uma mudança de perspectiva e de lugar, ele não quer mais ser personagem, objeto de narrativas alheias, quer lugar de fala, ser autor.

E dessa visão deturpada a sociedade brasileira continua vendo os povos indígenas como cultura menos elevada, conforme o texto *O Índio Brasileiro* “[...] A sociedade majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas em estágios

inferiores, cuja única perspectiva é a interação e assimilação à cultura global. ”ou seja, mesmo fazendo “parte”(sendo parte da história) os nativos dessa terra ainda enfrentam desafios, desafios esses que perpassam a longo da história, como se auto afirmarem como indígena na sociedade, reconhecendo sua legitimidade como os primeiros que aqui habitara, com suas crenças, com seu modo de viver. Comose dizer uma sociedade civilizada ou globalizada se ainda hoje não consegue reconhecer, aceitar e respeitar outros saberes, outras culturas?! Ainda segundo o texto (O Índio Brasileiro, 2006), “[...] a sociedade convive com as contradições em relação aos povos indígenas”.

A primeira diz respeito à antiga visão romântica sobre o índio, presente desde a chegada dos primeiros europeus ao Brasil. É a visão que concebe o índio como ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz de compreender o mundo do branco com suas regras e valores. [...] A segunda perspectiva é sustentada pela visão do índio cruel, bárbaro, canibal, animal selvagem, preguiçoso, traiçoeiro e tantos outros adjetivos e denominação negativas. [...] A terceira perspectiva é sustentada por uma visão mais cidadã, que passou a ter maior amplitude nos últimos vinte anos, o que coincide com o mais recente processo de redemocratização do país, iniciada no início da década de 1980, cujo marco foi a promulgação da constituição de 1988. (O índio Brasileiro, 2006, p.37)

Segundo o próprio texto em relação a visão que a sociedade predominante se refere para com os nativos é de que: o índio precisa de proteção e que se ver o mesmo como não protagonista de sua história, de suas decisões, de suas escolhas e, por isso, instituiu, ou seja, criaram políticas indigenistas, como o Serviço de Proteção ao Índio(SPI), e no momento presente a Fundação Nacional do Índio(FUNAI). “Aqui o índio é percebido sempre como uma vítima e um coitado que precisa de um tutor para protegê-lo e sustentá-lo, isto é, sem tutor ou protetor os índios não conseguiriam se defender”.(O Índio Brasileiro, 2006)

2487

E desse e de outros olhares se tem uma visão das quais os colonizadores implantaram para retratar de forma distorcida os índios que aqui habitara, justificando assim suas práticas de dominação e de massacre para com esses povos, na qual o seu desejo seria exterminá-lo, pois assim, suas terras estariam “livres” para serem exploradas.

Como se sabe a educação escolar adentrou aqui no Brasil com a chegada dos europeus, especificamente pelos portugueses que aqui chegaram trazendo os jesuítas para catequização dos nativos que aqui habitara. O intuito desta educação tinha um sentido, que era impor uma nova cultura, e essa era uma forma de dominação sobre os mesmos, fazendo com que estes negassem seus costumes, suas crenças e sua língua materna.

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas da educação escolar indígena esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios a

sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivista do Serviço de Proteção ao Índio, do ensino catequético ao ensino bilíngue, e a tônica foi negar a diferença, assimilar os indos, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumentos de imposição de valores alheios e de negação de identidades e culturas diferenciadas. (BRASIL, Lei Nº10,172 de 2001)

A partir da década de 70 a 80 passaram a surgir os movimentos sociais indígenas, em luta de seus direitos, reivindicando seus territórios; e o reconhecimento de sua identidade; uma educação específica e de qualidade; dentre outros direitos como por exemplo a saúde diferenciada.

Partindo desse pressuposto surgiu a constituição de 1988, que assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Dessa forma, compreendemos que é necessário o conhecimento sobre a abrangência do tema indígena na legislação. E, a principal, que diz respeito é sobre as modificações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394 de 1996) com relação a Educação Escolar Indígena.

Diante desse cenário, a literatura se mostrou um veículo capaz de levar ao mundo as vozes desses povos.

A literatura indígena emerge para os povos indígenas como uma voz poderosa na paisagem cultural, reivindicando não apenas espaço, mas também autoridade discursiva sobre as próprias narrativas e representações. Este movimento desafia narrativas exotizantes ou paternalistas impostas por outros grupos, e resgata a autenticidade das experiências indígenas.

Historicamente, as vozes indígenas foram marginalizadas ou silenciadas, enquanto narrativas dominantes perpetuavam estereótipos simplistas ou romantizados. No entanto, a literatura indígena contemporânea subverte esse paradigma, oferecendo uma visão interna das complexidades culturais, sociais e políticas das comunidades indígenas.

Ao reivindicar autoridade discursiva, os autores indígenas afirmam sua soberania sobre suas próprias histórias, desafiando representações distorcidas que perpetuam relações de poder desiguais. Essa reivindicação não é apenas um ato de resistência, mas também um ato de empoderamento, permitindo que as comunidades indígenas controlem sua própria narrativa e imagem.

Além disso, a literatura indígena desempenha um papel crucial na desconstrução de estereótipos prejudiciais e na construção de pontes de compreensão intercultural. Ao oferecer perspectivas autênticas e multifacetadas, ela desafia as visões unidimensionais muitas vezes perpetuadas pela cultura dominante.

No entanto, é importante reconhecer que a reivindicação de autoridade discursiva não implica em homogeneidade dentro das comunidades indígenas. Assim como em qualquer grupo cultural, existem diversas vozes e perspectivas dentro das comunidades indígenas, e a literatura indígena reflete essa diversidade, enriquecendo ainda mais o cenário literário global.

Desta forma, a literatura indígena reivindica autoridade discursiva sobre as próprias narrativas e representações, desafiando narrativas exotizantes ou paternalistas impostas por outros grupos. Este movimento é essencial para a descolonização das narrativas e para o reconhecimento da riqueza e complexidade das culturas indígenas.

A diversidade cultural é benéfica para toda sociedade desde que ela não extermine as existentes, persistindo as tradições relevantes, pois as minorias excluídas socialmente acabam por formar indivíduos isolados que não constroem memórias, ou não conseguem sustentá-las por muito tempo. Contudo, é notório que essa realidade esteja em declínio tendo em vista as diversas formas e estilos de vida trazidas pela modernidade e o temor latente pela perda da memória irá repercutir negativamente na formação da cidadania.

Apesar das identidades não se limitarem ao espaço geográfico pelo avanço dos recursos tecnológico e existências de muitos meios de comunicação é preciso discernimento principalmente dos professores para selecionarem e utilizarem esses recursos para propagação e cultivo das tradições culturais a fim de serem resistente não ao novo, mas a perda de sua identidade, permitindo suas transições e compreendendo os valores de seu povo para melhor trilhar os caminhos do saber.

A literatura indígena mostra-se como um modelo específico para a promoção das etnias, fortalecendo os diversos tipos de povos, alcançando mais os objetivos para o processo de aprendizagem ligado a saberes e tradições.

A função da escola como produtora e mediadora de saberes deve possibilitar sempre o respeito às diferenças, compondo-se de práticas reflexivas sobre as origens étnicas para o reconhecimento e valorização da formação do povo brasileiro, que é a proposta trazida pela referida lei que veio tornar-se obrigatório o ensino das culturas africanas e indígenas, sob pena de permanecermos com visões distorcidas sobre essa parcela da população, e estes por conseguinte continuarem tentando se impor para ser respeitado e ter melhores oportunidades de exposição de sua origem, bem como qualificar-se melhor por meio de recursos didáticos como livros que condizem com escritos verdadeiros.

A partir do momento que é ofertada aos professores meios necessários para passar conhecimentos suficientes e atrativos sobre essa temática, irá se ter garantido a aplicabilidade da lei com maestria, formando cidadãos cientes do seu pertencimento étnico-racial, tornando-se um ser mais confiante, engajado com os seus propósitos e de toda comunidade que vive, ultrapassando muitas barreiras sociais.

Nesta perspectiva, os avanços relativos à publicação dessa lei são inúmeros pela possibilidade de abolir os aspectos da Educação Formal Hegemônica, que advém de ideais colonizadores que persistem no imaginário brasileiro induzindo a crenças limitantes dos povos indígenas, sendo consideradas discriminatórias portanto e em consequência disso, tornam-se excluídos da sociedade. Além disso, abriu-se mais espaço para reflexões entre professor e aluno que para melhor aproveitamento necessitam de materiais adequados, para se tornarem parte da metodologia a ser inserida em sala de aula sobre o cotidiano indígena. Dessa forma há a premente necessidade de treinamento de professores especializados para que se tenham desdobramentos pedagógicos estratégicos na formação escolar a nível de ensino fundamental e médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

2490

A literatura indígena como representação de identidade pode romper com inúmeros estereótipos em sala de aula e contribuir na formação leitora dos alunos, isso se for trabalhada de uma forma diferenciada nas escolas.

O espaço escolar é um local apropriado para as vivências dos saberes populares, incluindo atividades que situem condições históricas concretas aplicando-as nas práticas pedagógicas, construindo maiores possibilidades de introdução de competências e habilidades de ordem psíquica, contribuindo para afirmação das identidades dos sujeitos que ocupam aquele espaço, observando o docente como mediador da cultura socializada e a escola como local para o desenvolvimento de capacidades humanas específicas com uso da literatura indígena.

Propondo superar estereótipos e preconceitos do senso comum, construídos sobre a realidade indígena que está na base do processo de discriminação sofrido por estas comunidades ao longo dos séculos, assim como o silenciamento e a invisibilidade dos diversos grupos indígenas, os escritores indígenas encontram na escrita e na literatura um espaço para dialogar com seus leitores e com eles mesmos sobre suas denominações e identidades.

A literatura indígena brasileira, apesar de passar por um momento de ascensão cada vez maior, ainda mantém a publicação e a circulação de obras indígenas no Brasil reduzida; cabe a nós, estudantes e professores de crianças e jovens, estimulá-los para que descubram a riqueza desta literatura, já que os professores exercem um papel fundamental na formação de leitores competentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENA.

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. ESTATÍSTICA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL. Censo Escolar Indígena. Brasília-DF, 2007. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estatistica/educ_indigena20071.pdf> Acesso em 17. Outubro 2012.

BARCELLOS, Lusival Antônio. O RESSURGIR DOS POTIGUARAS. Simpósio. Natal, 2006.

GT INDÍGENA/SEAMPO CCHLA UFPB. A questão indígena no Nordeste: Educação diferenciada nas escolas das aldeias Jaraguá e Monte-Mor no município de Rio Tinto. 2011.

2491

CANEN, A. Competência pedagógica e pluralidade cultural: eixo na formação de professores? Cadernos de Pesquisa, n. 102, p. 89-107, nov. 1997.

DOMINGUES, Ivan. O grau zero do conhecimento. O problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Loyola, 1991.

ELIADE, Mircea. Tratado de história das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FANON, Frantz. [1963]. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. Estratégia do poder saber. Ditos e Escritos, Vol. IV: Forense Universitária, 3ª ed. Rio de Janeiro. 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. Para qué sirve la epistemología a un investigador y un profesor. - 1a. ed. -- Bogotá: Editorial Magisterio, 2018.

POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica São Paulo: Cultrix, 1972.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y modernidad-razionalidad*. 2005. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>: Acessado em 15 nov. 2021.

ROMAO, José Eustáquio. *Dilemas e Desafios da Educação Contemporânea: uma (re) leitura de Paulo Freire no Cenário de Immanuel Wallerstein*. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v.18, n.1, p.7- 21,2008.

SILVA, Janssen Felipe da Silva. *Sentidos de Avaliação da Educação e no Ensino e no Currículo na Educação Básica através dos estudos pós-coloniais latino- americanos espaço do currículo*, v.8, n.1, p.49-64, Janeiro a Abril de 2015.

SILVA, Janssen Felipe da; FERREIRA, Michele Guerreiro; SILVA, Delma Josefa da. *Educação das relações étnico-raciais: um caminho aberto para a construção da educação intercultural crítica*. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, v. 7, no. 1, p. 248-272, mai. 2013. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em 02 nov. 2021.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro* Rio de Janeiro : LeYa, 2018.288 p.